

FAZER JUSTIÇA COM AS PRÓPRIAS MÃOS: UMA ESCRITA GEOGRÁFICA CORPO-TERRITORIALIZADA COMO EXERCÍCIO DE PERMANÊNCIA

MAKE JUSTICE WITH OWN HANDS: BODY-TERRITORIALIZED GEOGRAPHIC WRITING AS AN EXERCISE OF PERMANENCE

HACER JUSTICIA CON LAS NUESTRAS MANOS: LA ESCRITA GEOGRÁFICA CUERPO-TERRITORIALIZADA COMO EJERCICIO DE PERMANENCIA

Victor Dantas Siqueira Pequeno
Universidade Federal do Paraná
victorpequenogeo@gmail.com

Resumo:

Solicito com este manuscrito a sua leitura para com o debate sobre o saber-fazer geográfico, o racismo estrutural na Pós-Graduação brasileira e a intelectualidade negra. Debate sustentado teórico-conceitualmente pela concepção feminista comunitária de Corpo-Território e suas repercussões na ciência geográfica brasileira. Empiricamente, registro algumas experiências pessoais que ocorreram no território universitário (e para além deste) para argumentar sobre a facilidade de perpetuação das assimetrias raciais quando não há um projeto político que viabilize a construção de um currículo de resistência que garanta, minimamente, a permanência de estudantes racializados/as e em situações de vulnerabilidade econômica. Metodologicamente, aparo-me na revisão narrativa, na análise de discurso proposta por Eni Orlandi e na prática da escrivivência aprendida com Conceição Evaristo. Para não encerrar o debate, e com a disposição para fazer justiça com uma escrita corpo-territorializada, sugiro alguns estágios de travessia para devir, tornar-se e permanecer.

Palavras-chave: Raça; Gênero; Corpo-Território; Políticas Afirmativas; Trajetória Acadêmica.



Abstract:

With this manuscript, I would like you to read the debate on geographical know-how, structural racism in Brazilian postgraduate programmes and black intellectuality. The debate is supported theoretically and conceptually by the feminist community conception of Body-Territory and its repercussions on Brazilian geographical science. Empirically, I record some personal experiences that occurred in the university territory (and beyond) in order to argue about how easy it is to perpetuate racial asymmetries when there is no political project that makes it possible to build a curriculum of resistance that minimally guarantees the permanence of racialized students in situations of economic vulnerability. Methodologically, I base myself on the narrative review, the discourse analysis proposed by Eni Orlandi and the practice of *escrevivência* as learnt from Conceição Evaristo. In order not to end the debate, and with the intention of doing justice with a body-territorialized writing, I suggest a few stages of crossing over in order to become, come to be and remain.

Keywords: Race; Gender; Body-Territory; Affirmative Politics; Academic Career.

Resumen:

Con este manuscrito, me gustaría solicitar su lectura con el debate sobre el saber-hacer geográfico, el racismo estructural en los programas de posgrado brasileños y la intelectualidad negra. El debate se sustenta teórica y conceptualmente en la concepción comunitaria feminista del Cuerpo-Territorio y sus repercusiones en la ciencia geográfica brasileña. Empíricamente, registro algunas experiencias personales ocurridas en el territorio universitario (y más allá) para argumentar sobre lo fácil que es perpetuar las asimetrías raciales cuando no existe un proyecto político que posibilite la construcción de un currículo de resistencia que garantiza, mínimamente, la permanencia de estudiantes racializados/as en situación de vulnerabilidad económica. Metodológicamente, recurro a la revisión narrativa, al análisis del discurso propuesto por Eni Orlandi y a la práctica de la *escrevivencia* aprendida de Conceição Evaristo. Para no acabar con el debate y con la voluntad de hacer justicia con una escrita cuerpo-territorializada, sugiero algunas etapas de travesía para llegar a ser, devenir y permanecer.

Palabras clave: Raza; Género; Cuerpo-Territorio; Políticas Afirmativas; Trayectoria Académica.

Introdução

Este é um texto com muitas entradas e saídas. Um texto-manifesto. Um texto-voz. Um texto conscientemente intencionado para rasurar e borrar alguns limites éticos-políticos e determinadas fronteiras teórico-conceituais. Sem perder de vista o rigor metodológico, claro. Um texto prenhe de outros textos que já escrevi e venho escrevendo nos últimos 18 meses. É científico, e ao mesmo tempo emocional. É geográfico, mas não somente. É celebrativo, ao mesmo tempo denunciante.

Escolhi escrevê-lo após a ocasião da defesa da minha dissertação (Pequeno, 2025), de modo que, algumas ideias aqui apresentadas foram derivadas e adaptadas tendo em mente as afetações daquela tarde de 26 de fevereiro de 2025. Trata-se, portanto, de um texto amparado pela revisão narrativa (Ribeiro, 2014) da bibliografia previamente identificada (em periódicos científicos) e selecionada (títulos e resumos como critérios). Ademais, o tratamento desta e a composição dos argumentos ocorreu via análise de discurso inspirada nas proposições de Eni Orlandi (2005) que afirma que qualquer descrição é dependente de uma interpretação. Assim, ao envolver-me com o objeto e/ou referente teórico, interfiro imediatamente no mesmo, deslocando-me da posição de leitor para analista.

E do que se trata o presente texto? Trata-se de uma vontade pessoal em estabelecer e defender uma crítica para com a gestão do currículo universitário e as políticas afirmativas na Pós-Graduação em Geografia que afetam estudantes racializados(as) em situações de vulnerabilidade econômica. Para tanto, aparo-me conceitualmente nas epistemologias feministas, especialmente, as

que deram origem aos Feminismos Comunitários (Ulloa, 2016; Sacavino, 2016; Paredes, 2019). Argumento a partir das abordagens múltiplas de corpo-território que, quando se é negro(a) e se vive em condições de vulnerabilidade, as circunstâncias para garantir o direito de circular, permanecer e pertencer (princípios elementais para políticas de resistências com corpo-território) na Pós-Graduação, são emocionalmente e existencialmente proporcionais aos desafios e encruzilhadas (Petronilio, 2020; Filgueira, 2022) para tornar-se negro (Souza, 1983) na Universidade.

Diante disso, engajo-me pessoalmente para fundar aqui uma escrita corporificada vide os aprendizados com Conceição Evaristo e a sua proposta de escrevivência (Evaristo, 2020), para então, fazer justiça com minhas próprias mãos ao assumir a condição de autor (Diniz, 2024) dos conhecimentos que derivam da realidade que me atravessa, me constitui e me desassossega diariamente. Sigo, enfim, o conselho de Grada Kilomba (2019) para quem a transformação se inicia quando mudamos nossa perspectiva de “*O que o racismo fez comigo*” para “*O que fazemos com o racismo*”.

Além desta introdução, o presente manuscrito foi composto por três seções, ao mesmo tempo teóricas e empíricas. O modo como tais são iniciadas e (não) encerradas, as tornam como seções em aberto, para ir e voltar sem a pressa e ansiedade de encontrar “a resposta”, pois, outro conselho da Grada Kilomba (2019) que eu exercito *aqui* é que não há “a resposta”. É sobre seguir o fluxo da travessia. Parar quando necessário. Continuar quando houver vontade. Gostaria de se juntar?¹

¹ Agradeço a leitura atenciosa e a avaliação cuidadosa da dupla avaliadora deste manuscrito. Grato também por todas as indicações bibliográficas para o aprimoramento da minha escrita e o amadurecimento dos meus estudos.

Corpo-Território: uma política de resistência?

Antes de tudo, arrisco-me na seguinte síntese: o corpo-território instrumentaliza uma política radical na medida em que redireciona a crítica às assimetrias e/ou desigualdades socioespaciais e econômicas com enfoque nas explorações (da terra e do corpo) e opressões (racismo, misoginia, homofobia, xenofobia etc.) operadas via colonialidade do poder e de gênero (Quijano, 2005; Lugones, 2014) e instituídas pelo patriarcado cruzado (Paredes, 2015) e o supremacismo branco local-global (Bento, 2022).

Desta feita, os Feminismos Comunitários ao anunciarão o corpo-território como política radical frente ao modo de produção vigente que perpetua inúmeras explorações e opressões, a crítica adjacente que daí decorre é o questionamento da política de gênero que comumente se afasta das políticas de racialidades e que é partidária de políticas econômicas da classe dominante. Quem melhor explica isso é a indígena aymara e ativista Julieta Paredes Carvajal:

[...] é difícil revolucionar a construção de saberes apenas a partir da discussão da categoria de gênero, que é o espaço para a discussão de um feminismo neoliberal e liberal. É um espaço extremamente pequeno e mesquinho, com relação a todo o potencial das mulheres. É mesquinho porque o sistema patriarcal é reducionista, ignorante e predador de tudo de novo que é criado. **O questionamento epistêmico de nossos povos deve ser proposto de maneira que seja um diálogo útil para as lutas dos povos do mundo** (Paredes, 2019, p. 79, grifos meus).

Povos do mundo que estabelecem a comunidade territorial sem limites e/ou fronteiras. E sendo a comunidade o princípio que

rege toda pauta e projeto derivados das experiências em comunhão, o corpo-território é enunciado e inscrito como tática de enfrentamento e de ajuntamento das experiências, sobretudo, de mulheres indígenas e racializadas da oficial América Latina e da ancestral Abya Yala² que, quando organizadas, percebem que suas vulnerabilidades e precariedades que identificam em seus cotidianos respondem a uma experiência coletiva, a saber: a opressão dos povos originários (corpo) e a exploração da terra (território) como necessárias para a reprodução do capital.

A totalidade desse fato (exploração e opressão via capital) realiza-se localmente, em Abya Yala, e por isso, todas agendas feministas comunitárias são comuns a todas as experiências femininas (e masculinas) de Abya Yala. O que varia são as táticas de luta e/ou enfrentamento que são dadas pelas condições materiais, político-econômicas, culturais e espirituais de cada tempo-espacô. Indispensável, portanto:

[...] falar de feminismos comunitários em plural, porque cada um desses grupos enriquece, desde o seu local, com suas próprias realidades e experiências singulares, o tecido de resistências que formam em conjunto. Os feminismos comunitários são movimentos de ação política, em contínua reconstrução que unificam as lutas pela despatriarcalização, a decolonialidade e o antineoliberalismo no contexto do mundo atual globalizado (Sacavino, 2016, p. 100).

Na Bolívia, por exemplo, o impulso feminista de significativa repercussão foi verificado a partir da década de 1980 (Malheiros,

² Léxico constituinte do tronco etnolinguístico kuna que significa “terra madura” e atribuído aos territórios do que hoje conhecemos como América Latina.

2023). Alguns projetos que definiram tal período foram encabeçados pelo coletivo Mujeres Creando, criado em 1992 e reconhecido a partir de sua agenda política radical antineoliberal, anarquista e enquanto feminismo lésbico-indigenista e que teve entre suas lideranças, María Galindo e Julieta Paredes Carvajal.

[...] Mujeres Creando es parte de la historia del feminismo autónomo en Bolivia, de ellas hemos bebido rebeldía, pensamiento, transgresión y unas ganas locas, incontenibles, de cambiar el mundo, de llenarnos de amor y lucha. Todo empezó con la comunidad. El año 90 nació la Comunidad Creando en el barrio Las Delicias (La Paz, Bolivia), hicieron la Despensa de la Abuela con alimentos naturales para el barrio y el Panal de las Abejitas espacio pedagógico para las niñas, las wawitas. En marzo del 92, Julieta, María y Mónica hicieron Mujeres Creando, meses después publicaron el libro ¿Y si fuéramos una espejo de la otra? Por un feminismo no racista, proponían como metodología la mujer como ser autobiográfico que recupera y escribe su propia historia desde su cuerpo, hablaban de la complementariedad mujer-mujer en la diferencia y de la liberación en comunidad [...] (Paredes; Guzmán, 2014, p. 50-51).

Das ações efetivadas pelo movimento Mujeres Creando, houve uma ofensiva direta, em meados de 2000, para com a política neoliberal do Governo de Sánchez Lozada que aplicou um programa intensivo de privatização e estabilização monetária na Bolívia. A reação dos movimentos sociais, entre os quais, Mujeres Creando, foi significativa e eficaz na derrubada do referido governo em 2003.

Como comunidad Mujeres Creando comunidad estuvimos luchando en la masacre de octubre de 2003, mas llamada guerra del gas, junto a las mujeres de los barrios, de las juntas vecinales, junto a las wawas, en El Alto y en La Paz, cansadas del neoliberalismo y del gringo Sánchez de Lozada genocida y ladrón - que entregó los recursos de

Bolivia a las transnacionales - y hoy vive cómodamente bajo la protección del gobierno de los EEUU. Estuvimos en la calle, en el paro de más de 31 días, resistiendo, debatiendo, cocinando, con rabia pero soñando, mientras la clase media se ponía en huelga de hambre en las iglesias pidiendo solución al conflicto o tal vez protegiéndose del “retorno de las indias y los indios”, que llegaban de las comunidades para sostener las movilizaciones (Paredes; Guzmán, 2014, p. 53).

Na Colômbia, a conjuntura que implicou uma agenda feminista comunitária, tem a ver com a indústria de mineração e o extrativismo etnocida denunciado por vários coletivos de mulheres indígenas e racializadas de todo o país. A saber, a antropóloga e geógrafa Astrid Ulloa (2013; 2016) há muito tem se dedicado nos estudos sobre as mudanças climáticas, os crimes ambientais provocados pelo extrativismo e pela indústria de mineração que descaracterizam a governança territorial do país e que, consequentemente, afetam a população mais vulnerável e dependente da terra que foi expropriada: os povos originários e afrodescendentes.

[...] los pueblos indígenas y sus territorios colectivos están siendo vulnerados por el ejercicio de la violencia por parte de diversos actores locales, regionales, nacionales y transnacionales, los cuales muchas veces están asociados a la extracción de recursos, caso específico la minería. Entre estos actores destaco la presencia de las guerrillas y las autodefensas, las cuales a través de la violencia han generado confinamiento, desplazamientos, asesinatos selectivos y masacres entre los pueblos indígenas, afectando su control territorial. Estos procesos fragmentan y desestructuran las autonomías locales (Ulloa, 2013, p. 119-120).

Dado o quadro geral do país colombiano e os sintomas locais que perpetuam os conflitos territoriais sob efeito do capitalismo racial e extrativista, Astrid Ulloa (2016) nos convoca para elaboração de estudos e/ou diagnósticos mais horizontais a respeito da associação da indústria extrativista para com a violência de gênero, a fim de que seja estabelecida:

[...] una mirada más diferenciada que incluya aspectos territoriales, ambientales, políticos, económicos, culturales y sociales para poder dimensionar los efectos que se dan tanto en hombres como en mujeres en diversas escalas: cuerpo, territorio y lo no humano, e interdependencias locales-nacionales-transnacionales. Consecuentemente, es necesario plantearse el análisis de la relación de los extractivismos con los pueblos indígenas y afrodescendientes, dada su importancia en los procesos actuales de acción política de grupos étnicos [...] (Ulloa, 2016, p. 125).

Reconhecidas tais interdependências, a pesquisadora nos sugere um percurso teórico-metodológico que pode viabilizar a edificação da pretendida agenda política de resistência:

Considero que procesos políticos tanto de hombres como de mujeres, que se han extendido en América Latina, se pueden entender desde una perspectiva feminista del espacio, la cual posiciona tanto otras geopolíticas, una alter-geopolítica, como visiones territoriales alternativas y procesos de cuidado en diversas escalas, empezando por el cuerpo-territorio (Ulloa, 2016, p. 126).

Outro caso que merece nota, são as experiências das mulheres do povo mapuche na Argentina, especificamente, na província de Neuquén, esta que foi estudada pela pesquisadora Suyai Gualda (2016). De acordo com a autora, o movimento mapuche se organiza a

partir de três princípios: a luta pela terra, a luta pela autonomia e pela identidade. Estes

[...] tres ejes han servido como aglutinadores o elementos estructurantes de la resistencia y lucha en defensa de los derechos colectivos indígenas en esta región. En la actualidad han cobrado vital relevancia los conflictos territoriales asociados a la explotación de hidrocarburos en áreas habitadas tradicionalmente por comunidades mapuce. En este marco, los/as indígenas han alcanzado un importante protagonismo en la escena del debate público-político (Gualda, 2016, p. 16).

As circunstâncias de exploração e opressão que atingem o povo mapuche na referida província argentina têm sido reagidas coletivamente dada a solidariedade e engajamento de demais povos originários de Abya Yala que, segundo a pesquisadora, compartilham de uma mesma cosmovisão: o “*buen vivir*”. Do *buen vivir* são idealizados projetos e políticas de resistência vide as experiências locais e condições materiais. Assim sendo: “[...] En el caso que nos compete, los/as mapuce han elaborado y debatido profundamente en torno a la idea de *Kvme Felen*, es decir, de un sistema de vida autónomo para el pueblo/nación mapuce [...]” (Gualda, 2016, p. 17).

Das práticas que atestam o corpo-território como parte do *Kvme Felen*, tradição que organiza a vida do povo mapuche na Argentina, Suyai Gualda (2016) nos conta que:

[...] Todas las personas adquieren características propias y distintivas acordes al espacio territorial en el que se desenvuelven y a las fuerzas que allí se encuentran. Es por ello que cada familia cuenta con *Tuwvn* (origen territorial) y *Kvpan* (origen familiar), los cuales determinan el Az, es decir la identidad de cada Ce (persona). Indudablemente, es en el espacio del territorio comunal donde se generan y regeneran socialidades, allí se

territorializa/corporiza el discurso [...] (Gualda, 2016, p. 24, grifos da autora).

A situação do povo mapuche marcado pela expropriação de terra, crimes ambientais e violência de gênero, requer, segundo Suyai Gualda (2016), nossa atenção para a atuação das mulheres mapuche vide as políticas de resistência criadas que evidenciam que, há sim o que fazer. A inércia dá lugar a radicalidade quando verificamos que:

[...] las mujeres mapuce han logrado resignificar su rol dentro de las comunidades mapuce, han recuperado el espacio público de decisión política y han puesto en jaque a la opresión que desde hace siglos padecen. En este sentido, el sistema de vida autónomo es una clave fundamental, pues en el Kvme Felen las mujeres proyectan un futuro que las contempla y las alienta a continuar por la senda de la participación, las motiva a tomar la palabra y a ser verdaderas lideresas del pueblo/nación Mapuce (Gualda, 2016, p. 33).

Já na Guatemala, as políticas de resistência de mulheres indígenas resultaram no coletivo *Red de Sanadoras Ancestrales del Feminismo Comunitário* criado em 2015.

[...] un 12 de octubre de 2015, nació la red con el nombre de *Tzk'at*, Red de Sanadoras Ancestrales del Feminismo Comunitario desde Iximulew Guatemala. Al principio la formamos tres mujeres y luego se sumaron otras compañeras, hasta llegar a ser diez mujeres defensoras de la vida en 2016; todas indígenas que abrazan la propuesta feminista comunitaria territorial en Guatemala; todas defensoras de la vida, particularmente de los derechos de las mujeres indígenas y de los bienes naturales (Cabnal, 2017, p. 100).

Dentre as cofundadoras e dirigentes do referido movimento, a indígena-militante Lorena Cabnal (2017) nos informa que a tradição *Tzk'at* que rege a agenda política da *Red de Sanadoras Ancestrales del Feminismo Comunitário* é oriunda da cosmogonia maia. Assim como na experiência boliviana e argentina, os Feminismos Comunitários em Guatemala atuam frente ao entroncamento patriarcal, de modo que:

[...] muchas de las integrantes de *Tzk'at*, y también otras defensoras territoriales, además de luchar contra la violencia estructural institucionalizada, se enfrentan a todas las expresiones del patriarcado y del machismo en sus comunidades, familias y en algunas dirigencias de los movimientos indígenas y sociales (Cabnal, 2017, p. 101).

No âmbito da política estatal que opera sob o mando do neoliberalismo e da indústria extrativista, as feministas comunitárias guatemaltecas denunciam:

[...] diversas formas de violencia contra las mujeres y otras del capitalismo racista neoliberal, que negocia los territorios ancestrales con el Estado. Este, con el fin de promover la inversión extranjera, concede licencias de explotación de bienes naturales sin consultar con las comunitarias originarias. Los riesgos que afrontan estas mujeres incluyen violencia sexual y amenazas de muerte (Cabnal, 2017, p. 101).

Nesse cenário arquitetado e administrado via colonialidade do poder e de gênero (Quijano, 2005; Lugones, 2014) e que tem como saldo os crimes ambientais, a destituição de direitos e despossessão de terras-territórios, a *Red de Sanadoras Ancestrales del Feminismo Comunitário* há muito vem se comprometendo com:

[...] la acción política de defensa territorial y del cuerpo, con la lucha por el derecho al agua, la defensa de los ríos, bosques y montañas, de la autonomía alimentaria, de los saberes ancestrales de las abuelas comadronas, así como contra las hidroeléctricas, la minería y la violencia contra las mujeres, las niñas y los niños (Cabnal, 2017, p. 101).

Por fim, outra proposta de corpo-território por demais original, e que tem fomentado debates sobre a descolonização epistêmica nas/das Geografias Feministas, é a da geógrafa equatoriana Sofia Zaragocin. Diante das conjunturas político-econômicas e os conflitos socioculturais que redefiniram cotidianos latino-americanos (com ênfase na realidade do Equador), Sofia Zaragocin (2018) constatou uma possibilidade de leitura crítica para com tais dinâmicas, a partir da interlocução de pautas que versam sobre territorialidades feministas e as territorialidades hídricas. Para tanto, tomou como base os fundamentos teórico-conceituais derivados de processos hidrossociais, da ecogeopolítica da água e da água-território.

A inventividade crítica da autora comparece na chave conceitual e interpretativa, a saber, água-corpo-território, qual foi apresentada e detalhada no texto “Espacios acuáticos desde una descolonialidad hemisférica feminista” (Zaragocin, 2018). Neste, foram expostas quatro perguntas que serviram como itinerários reflexivos para o raciocínio teórico-conceitual da autora. Notemos:

[...] ¿podemos hablar en clave feminista sobre el espacio acuático?, ¿pueden los espacios acuáticos reflejar el espacio heteronormado en el que vivimos?, ¿podríamos hablar de procesos de masculinización o re(patriarcalización) del espacio

acuático?, ¿y qué de la violencia de género territorializada? (Zaragocin, 2018, p. 8).

Tais interrogações conjugam a pergunta central do estudo qual seja: “[...] ¿los espacios acuáticos, ameritan una nueva manera de redireccionar y comprender los debates feministas sobre el territorio? [...]” (Zaragocin, 2018, p. 9). Em outras palavras, o objetivo da autora foi o de registrar/ilustrar as correspondências entre corpo-território e água-território, e como tais podem vir a ser ferramentas transformativas em termos culturais, políticos e, principalmente, epistemológicos.

Fundamentada nas ideias da pesquisadora estadunidense Lauren Berlant, a geógrafa Sofia Zaragocin (2018) sugere-nos que a relação morte-corpo-território é fecunda para pensarmos a relação água-corpo-território, ambas complementares e interdependentes. Mais precisamente, “[...] Eso significa que la inseparabilidad entre conflictos de agua con procesos de territorialidad incluya al cuerpo, y en particular al cuerpo-territorio [...]” (Zaragocin, 2018, p. 16). Daí que germina “[...] el concepto de agua-cuerpo-territorio, donde el cuerpo como primer territorio, ontológicamente conectado con el agua, alcanzaría otra dimensión de territorialidad [...]” (Zaragocin, 2018, p. 16). Ademais:

[...] En esta definición se enfatiza la escala de lo cotidiano y la posibilidad de mapear las emociones sobre el espacio acuático. Mientras que el vínculo entre agua-cuerpo-territorio aquí presentado, aseguraría que el espacio acuático logre un encarnamiento que visibilice los efectos de los espacios acuáticos sobre los **cuerpos racializados** (Zaragocin, 2018, p. 14, grifo meu).

O grifo em destaque nos auxilia a entender que a água-coro-território reivindica autogestão comunitária e denuncia o racismo em sua expressão ambiental tão latente na contemporaneidade e que se mostra como um dos estágios do capitalismo racial (Vergès, 2020). Isso porque, é preciso ter em mente que as mudanças climáticas colocaram em evidência as disputas pela água e demais recursos naturais no mundo.

Não é coincidência que países localizados na dita América do Sul são os que mais apresentam conflitos territoriais entre capitalistas e autóctones e afrodescendentes, ao mesmo tempo que, são nestes países que as missões de “reparar” os danos das mudanças climáticas com as famosas agendas visionárias são encabeçadas e disputadas tanto por parte do campo político de direita quanto o de esquerda, e sem nenhuma participação ativa da população pertencente por direito.

É urgente, pois, uma política radical que restaure a soberania dos povos autóctones. Uma política radical que conjugue princípios como os que foram destacados por Sofia Zaragocin (2018), a fim de tratar os territórios como espacialidades indeterminadas, logo, territórios comuns para comuns.

Em sentido epistemológico, água-coro-território como marcador político, de gênero, raça e identidade suficientemente capaz de instrumentalizar críticas e concepções outras de tempo, espaço, consciência, propriedade e produtividade.

Para além dessas experiências detalhadas, há projetos feministas comunitários por toda Abya Yala. Uma diversidade de políticas de resistência que inspiram e mobilizam agendas feministas comunitárias no México (Marinis, 2020), na Nicarágua (Rodríguez;

Sánchez; Flores; Cedeño, 2020), no Peru (Reis; Almeida, 2022), Chile (Vega; Calderón-López, 2024) e demais territórios.

Isso registrado, nos últimos dez anos, tem se verificado no Brasil uma significativa repercussão das concepções feministas comunitárias nos trabalhos de geógrafas e geógrafos que pensam as disputas no território e o corpo como agente transformador do espaço, ou ainda, corpo como categoria geográfica. Geógrafas e geógrafos que têm feito uso teórico-político do corpo-território para providenciar críticas e propostas minimamente comprometidas com a realidade brasileira, sobretudo, as experiências dos povos indígenas e afrodescendentes.

Uma adesão expressiva por parte das Geografias Feministas (Chaves, 2021; Silva; Santos, 2021; Oliva, 2022; Oliveira, 2024) e das Geografias Negras (Rodrigues; Ratts, 2008; Caxias, 2022; Cunha, 2022), e que ressoou na Geografia Política (Mondardo, 2021, 2022; Porto-Gonçalves, 2012, 2015), bem como na Geografia Crítica (Haesbaert, 2020), Geografia Agrária (Mota, 2015, 2017) e no Ensino de Geografia (Miranda, 2018; 2021; Rocha, 2022 ; Silva; Miranda, 2023). Perceber isso, me encorajou ainda mais a adaptar o corpo-território na minha pesquisa como conceito-raiz.

Avancemos para a seção seguinte, na qual pretendo lhe aproximar das repercussões dos conhecimentos e saberes feministas comunitários na Geografia brasileira, com enfoque nas declarações advindas da Geografia Crítica e da Educação Geográfica.

Corpo-Território para qual Geografia?

Entre as intelectualidades que atuam na Geografia brasileira, e que tem se dedicado no “fazer geografias” com corpo-território,

destaco o esforço do geógrafo Rogério Haesbaert (2020) que reuniu as distintas acepções teóricas e culturais que conferem ao corpo-território a qualidade de um conceito plural e polissêmico. No resgate das bases epistêmicas oriundas de cosmovisões indígenas e afrodescendentes de Abya Yala, o geógrafo verificou que as interpretações e conceituações do corpo-território nas/entre Geografias latino-americanas, diferentemente das acepções europeias, por exemplo, valorizam aspectos e funções outras que derivam do simbólico, do ancestral e/ou espiritual.

A conceituação de território em nosso contexto vai muito além da clássica associação à escala e/ou à lógica estatal e se expande, transitando por diversas escalas, mas com um eixo na questão da defesa da própria vida, da existência ou de uma ontologia terrena/territorial, vinculada à herança de um modelo capitalista extrativista moderno-colonial de devastação e genocídio que, até hoje, coloca em xeque a existência dos grupos subalternos, especialmente os povos originários. Desdobram-se assim desde os territórios do/no corpo, íntimo (a começar pelo ventre materno), até o que podemos denominar territórios-mundo, a Terra como pluriverso cultural-natural ou conjunto de mundos – e, consequentemente, de territorialidades – aos quais estamos inexoravelmente atrelados [...] (Haesbaert, 2020, p. 76).

No texto intitulado “Do corpo-território ao território-corpo (da Terra): contribuições decoloniais”, Rogério Haesbaert (2020) explanou suas interpretações acerca das concepções derivadas de coletividades e comunidades de mulheres indígenas acerca do corpo-território e da terra como um corpo, bem como sugeriu quatro acepções, a saber: corpo como território, território do/no (interior do) corpo; o território como conjunção de corpos (populações) e o

território-corpo (da terra). Com destaque para a última, o geógrafo nos diz que:

[...] Trata-se da concepção que, como que invertendo o raciocínio em torno do corpo-território, considera a própria terra (neste caso, componente indissociável do território) como corpo, ampliando em muito, metaforicamente, a concepção comumente difundida de corporeidade. Podemos propor denominá-lo simplesmente “território-corpo”, na medida em que, desde sua origem etimológica, o território está ligado ao domínio e/ou apropriação da terra, da chamada primeira natureza [...] (Haesbaert, 2020, p. 82).

O território-corpo (da terra) é concebido com correspondências diretas com corpo-território, ao mesmo tempo com particularidades. A distinção entre as concepções se dá na medida em que: “[...] Enquanto o “corpo-território” vê o corpo (especialmente o corpo da mulher) no seu conjunto como nosso primeiro território, o “território do/no corpo” admite a territorialidade dos próprios órgãos que o compõem [...]” (Haesbaert, 2020, p. 82). Em outras palavras, a diferença está condicionada à ênfase dada ao conteúdo-fenômeno que queremos exprimir.

A diferenciação aqui proposta entre corpo-território e território-corpo (da terra) envolve apenas uma questão de ênfase, pois se trata sempre de uma perspectiva relacional, ora privilegiando a direção que vai do corpo-território à terra, ora da terra-território ao corpo. Por isso, esses movimentos encontram-se imbricados de forma indissociável [...] (Haesbaert, 2020, p. 82).

Nesses termos, o autor nos sugere a compreensão do território-corpo como a conjugação, junção e interdependência entre corpos-afetos com o espaço de con-vivência (a aldeia, a comunidade,

o quilombo, o assentamento, a casa, o quintal, a roça etc.), e que a(s) significação(ões) deste elo seja estabelecida de maneira plural e não-dicotômica (Haesbaert, 2020). Não somente. O território-corpo compreendido como aquilo que se realiza num viver-agir natural, material, simbólico e espiritual.

Para além de uma interpretação crítico-geográfica do corpo-território, julgo necessária para a problemática aqui tratada, a proposição de corpo-território para uma educação geográfica e/ou um ensino de Geografia em movimento.

Estou me referindo aos estudos de Eduardo Miranda (2018) que, diferentemente de Haesbaert (2020), celebram a resistência e ancestralidade afro via agência individual, sugerindo que o primeiro corpo-território que devemos reivindicar e tomar posse é o nosso próprio.

A proposta de Eduardo Miranda (2018) conjuga elementos outros que também atribuem um caráter plural e polissêmico para sua noção de corpo-território, haja vista a contribuição das teorias anticoloniais, dos Feminismos Negros, do Panteão Africano, da pedagogia freiriana e da arte-poesia de Jacques Gauthier. Dentre as acepções consideradas, o corpo-território como movimento constante.

[...] a dimensão da categoria corpo-território, a qual propicia ao indivíduo entender o que está ao seu redor a partir do seu próprio corpo, de si mesmo, sua posse sobre o seu corpo, assim como uma territorialidade em constante movimento que para onde se desloca carrega consigo toda a bagagem cultural construída ao longo das suas itinerâncias [...] (Miranda, 2018, p. 67).

Movimentar-se corpo-territorialmente e/ou mover-nos com, por e através do nosso corpo-território, implica em/na alteridade(s). Aliás, é em/na alteridade (ser/estar com outro), a condição por

excelência para existir e fazer-se corpo-território, conforme sugere Eduardo Miranda (2021):

[...] Posto que nosso corpo-território é criado por disputas de poder, deixar sentir o toque do outro é justamente o momento no qual se evidencia nossa posse sobre nosso território subjetivo. A mão de uma outra pessoa, desconhecida, consegue constranger, criar um desconforto: liga-se um sistema de alerta. Isso é imprescindível para criar uma instabilidade inicial, mas que com acordos e permissões levam [eu el] o grupo a sentir a confiança entre os corpos-territórios (Miranda, 2021, p. 472).

Enfim, seja como projeto coletivo ou individual, a atitude de geografar com corpo-território permite encontrar possibilidades de transformação epistêmica, de reconfiguração de estruturas e organizações sociais, culturais e econômicas, e o fortalecimento de políticas de resistência para reafirmação de identidades. É, pois, com e por entre o (meu) corpo-território, que assumo um compromisso individual-coletivo de caráter científico-político, anticolonial-feminista e *queer* que me incita (e excita) a criar, inventar, rasurar ideias e elaborar críticas tendo no horizonte uma outra acepção e valor de corpo-território na Geografia: o corpo-território como/para um currículo de resistência.

Corpo-Território para um currículo de resistência na Geografia?

Na sua crítica ao currículo vigente na educação básica, e a aposta no corpo-território como uma proposta teórico-metodológica e pedagógica para destruir o *modus operandi* educativo prescrito por

àquele, a geógrafa-educadora Angelita Rocha (2019) chama nossa atenção para:

[...] não bastaria descolonizar, seria preciso ainda uma autodescolonização, uma ruptura com uma pretensa universalidade abstrata e alheia ao sofrimento dos corpos vulneráveis. Dito de outra forma, um currículo resistente a partir do corpo-território requer inventar a escola como lugar de encontro dos diversos vulneráveis e maestros de uma autodescolonização, pois **o currículo de resistência** interroga os processos colonizadores de saberes e, mesmo sendo a escola um lugar de passagem dos alunos e das alunas, ela merece ser **um lugar de encontro que potencialize esses corpos e suas territorialidades** (Rocha, 2019, p. 57, grifos meus).

Concordo plenamente com o argumento da autora, e acrescento que um currículo de resistência é também necessário e urgente nas universidades, nos regimentos internos dos cursos de graduação e pós-graduação, nas pautas do colegiado, nas ementas e bibliografias das disciplinas, na política estudantil dos centros e diretórios acadêmicos, nas assembleias, nas secretarias de assistência estudantil e demais setores que sustentam a plataforma acadêmica. Tudo isso porque a Universidade brasileira ainda segue sendo um lugar de encontro para grupos restritos, identificáveis por sua renda, classe social (média/alta) e por sua identidade racial (brancos/as em maioria), ao passo que é, ao mesmo tempo, um lugar de desencontro para uma significativa quantidade de estudantes, aqueles/as que não usufruem dos benefícios proporcionados pelos marcadores em destaque.

Se estou em afirmar que, na original concepção de corpo-território das feministas comunitárias, a impossibilidade de agir, mover-se, circular, se expressar, reproduzir-se e produzir

conhecimentos, direito de posse e pertencimento são as demandas mais centrais de toda política de resistência a ser criada, na Universidade brasileira, quem é o sujeito ou quem são as pessoas que têm direito a agir, a mover-se, circular, se expressar, reproduzir-se e produzir conhecimentos, enfim, direito de pertencer?

Há vários exemplos que caracterizam quem são as pessoas na Universidade brasileira agraciadas e privilegiadas por tais condições, e as pessoas que não são contempladas e sofrem com a negação e invisibilização de suas demandas quando não reconhecidas como legítimas. Vou me ater ao exemplo que mais me afetou nesses últimos dois anos, a política de cotas universitárias, no intuito de mostrar para *você* como o corpo-território insurge em tais circunstâncias.

Em linhas gerais, a política de cotas no Ensino Superior brasileiro foi implantada em 2012 e é regulamentada pela Lei nº 12.711/2012. Após atualização no ano de 2023³, atualmente, a Lei prevê a distribuição das vagas de cada curso (Graduação e Pós-Graduação) das universidades e/ou instituições de ensino superior para estudantes oriundos da rede pública de ensino, de renda per capita familiar de um salário-mínimo, estudantes negros (pretos e pardos), pessoas com deficiência (PCD), indígenas e quilombolas.

O aparato jurídico garantido pela referida Lei, no que tange a Pós-Graduação, orienta também a distribuição de bolsas de acordo com os mesmos marcadores de vulnerabilidades. Isso reflete na política interna da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de

³ Para saber mais detalhes, acesse: <https://www.gov.br/capes/pt-br/assuntos/noticias/governo-federal-inclui-pos-graduacao-na-lei-de-cotas>

Pessoal de Nível Superior (CAPES)⁴ que recomenda às pró-reitorias e coordenações dos cursos a estabelecerem os critérios de distribuição de bolsa considerando os marcadores de vulnerabilidade social destacados.

Quando ingressei no mestrado, eu não sabia nada disso. Também não sabia que no programa em que ingressei, desde que a Lei foi publicada em 2012, não houve nenhuma modificação no regimento interno do curso quanto a distribuição de bolsas. Quando finalmente conheci os rostos das pessoas que foram agraciadas com a bolsa do mestrado e fiz uma relação com o resultado final do edital que eu havia concorrido, me dei conta de que, os últimos colocados, eram dois estudantes negros seguidos por uma estudante negra. Eu estava em 10º lugar da lista.

Isso só se tornou um incômodo após eu ter lido o livro “E eu não sou uma mulher?” da bell hooks (2023 [1981]) em que é argumentado que em determinados setores, a mulher negra tem sempre um lugar reservado na base. Mas, a mudança radical de pensamento, acompanhada da raiva, só aflorou em mim quando li “O pacto da Branquitude” da Cida Bento (2022). Aos poucos eu fui me tornando um estudante observador e provocador ao ponto de alfinetar os/as colegas brancos/as sobre o que pensavam a respeito da distribuição de bolsas.

Lembro que numa manhã de abril, após o término da aula, convidei uma colega doutoranda (que é branca) com quem eu já vinha estabelecendo um vínculo, e um colega mestrando (que também é branco) para almoçarmos no Restaurante Universitário (RU). Na

⁴ Para mais detalhes, acesse a Portaria nº 92, de 27 de Março de 2024. Disponível em: <https://cad.capes.gov.br/ato-administrativo-detalhar?idAtoAdmElastic=14562#anchor>.

tentativa de ser sutil, perguntei ao colega se ele havia recebido alguma informação sobre a distribuição de futuras bolsas, haja vista que dos onze solicitantes na época, só cinco pessoas haviam sido contempladas. Na ocasião, ele disse que a coordenação havia previsto bolsas para o mês de maio daquele ano. Eu respondi ressaltando o fato do currículo dele ter tido uma boa pontuação no processo seletivo e que ele terminaria o semestre com bolsa. Então ele me olhou fundo e perguntou: *“Você viu meu currículo, foi?”* Sem pensar, eu respondi: *“Claro! A gente precisa saber com quem a gente está concorrendo para reconhecer nossos aliados”*. A colega ao lado olhou para mim e sorriu. O semestre encerrou, ele conseguiu a bolsa, e nunca mais se juntou conosco para almoçarmos no RU.

É sabido que área de ensino em Geografia e/ou educação geográfica é a que mais acumula pesquisas a respeito das cotas raciais, no entanto, há um foco excessivo na Lei 10639/03⁵ que dispõe sobre o ensino da história e culturas africanas na Educação Básica (Brandão; Campos; Lima, 2018; Santos; Santos, 2020; Cirqueira; Corrêa; Souza, 2024; Couto; Rizzo, 2024; Dionisio; Sousa, 2024), e muito pouco é dito sobre a Lei de Cotas no Ensino Superior (Rocha; Campos, 2021). Há, felizmente, esforços de compreensão por parte das Geografias Negras (Souza, 2018; Pereira Neto; Costa, 2021; Ratts, 2024), contudo, estas também deixam passar o debate sobre as Ações Afirmativas no Ensino Superior e seus efeitos psicossociais e emocionais para as pessoas beneficiárias e as não-beneficiárias.

⁵ Promulgada em 9 de janeiro de 2003, a Lei nº 10.639/03 estabeleceu como obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira nas escolas públicas e privadas do ensino fundamental e médio de todo o país. Para saber mais detalhes, acesse:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm.

Quando a referida Lei vira pauta, o debate se restringe ao seu aspecto formal e/ou os “avanços” garantidos (Mendes; Lima, 2016). Não é feita nenhuma crítica interna aos Programas de Pós-Graduação no que tange a distribuição de bolsas e auxílios estudantis. Não há uma crítica pela parte docente, e muito menos, pela parte discente. E não raro, quando se escreve e se publica estudos sobre índices de qualidade e fragilidade dos Programas de Pós-Graduação em Geografia, a abstração toma conta e quase que, magicamente, palavras como racismo, elitismo, meritocracia, assédio e corrupção são excluídas do vocabulário do/a geógrafo/a com seu contagiate otimismo.

É elogável a publicação do Dossiê “Panorama da Pós-Graduação em Geografia no Brasil” no periódico da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia (ANPEGE, 2023). Dossiê este que conta com 33 artigos⁶ e nenhum, nenhum artigo nos apresenta uma crítica direta à política de cotas no Ensino Superior e seus efeitos para a permanência ou não de mestrandos/as e doutorandos/as racializados/as na Geografia, e nem sobre os critérios de distribuição de bolsas e seus efeitos para estudantes racializados/as. Há sim, artigos que relatam o quantitativo de bolsas recebidas anualmente, e sobre as cotas de bolsa em editais específicos como Pós-Doutorado e outras agências de fomento, no entanto, não há uma racialização do debate.

Em todos os cenários previstos elaboram-se manuscritos, aparentemente, politizados. Mas somente em aparência, haja vista que seus autores/as não nomeiam as opressões e os oprimidos/as, e pouco fazem para identificar os/as responsáveis por tais. Mas enfim,

⁶ Para leitura dos artigos, acesse:
<https://ojs.ufgd.edu.br/anpege/issue/view/625>.

o que importa é que estudantes negros e negras estão conseguindo aprovação nos processos seletivos de mestrado e doutorado em Geografia, não é mesmo?

Retomo as ideias da professora Angelita, para questionar você: Como criar um currículo de resistência nos Programas Pós-Graduações de Geografia se tais programas atendem e respondem passivamente a estrutura vigente definida pelo racismo, como no caso das políticas de bolsas de financiamento de pesquisa e permanência estudantil? Como superar as assimetrias raciais nos Programas de Pós-Graduação de Geografia quando verificamos que que tais programas são geridos e/ou coordenados de modo a perpetuar àquelas quando impossibilita e dificulta a permanência de mestrandos/as e doutorandos/as racializados/as?

Nas condições em que me encontro, não consigo pensar numa estratégia minimamente assertiva/resolutiva para as questões em destaque. Mas, apesar disso, eu vivi e senti a dor de tais assimetrias e opressões, antes não nomeadas, abafadas e mascaradas por um sistema universitário que falha e muito com a comunidade discente racializada e empobrecida. Sabe como eu consegui resistir a tais adversidades? Sabe onde eu denunciei tais assimetrias e opressões? Com a escrita. Na escrita.

A escrita corpo-territorializada como semente para um currículo de resistência na Geografia

Foi escrevendo com raiva, com inveja, com vergonha e mágoa que eu encontrei na escrita uma acolhida para desaguar todas as minhas angústias e ansiedades sobre o fato de não ter conseguido a

bolsa no ano de ingresso no mestrado e ter me dedicado exaustivamente para garantir-la no ano seguinte.

Vivi o primeiro ano de mestrado com o sentimento de fracasso e me pressionando para publicar o número máximo artigos para que eu conseguisse a tão desejada bolsa. Conscientemente, criei uma rotina de estudos de domingo a domingo. Durante a semana, acordava às 5:00 da manhã e ia para Universidade por volta das 6:00 horas. Morava a duas quadras do ponto inicial, o que facilitava “pegar” o primeiro ou segundo ônibus do dia. Ia tomar café no Restaurante Universitário que custava R\$ 1,00. Terminado o café, seguia para o laboratório. Me trancava dentro, ligava o ar-condicionado, preparava uma xícara de café e então iniciava a primeira rotina de estudos. Das 7:00 às 11:30. Pausa para o almoço (R\$ 2,50). Retornava ao laboratório, me deitava no sofá e “tirava” um cochilo de 30 minutos. Acordava, preparava outra xícara de café e então recomeçava a estudar. Das 13:30 às 18:00. Pausa para a janta (R\$ 2,50). Retornava para o laboratório exausto de escrever e com os olhos cansados de tanto ler textos em pdf. Fazia as últimas anotações e/ou fichamentos, e por volta das 19:30 ia embora para casa.

Nos dias das aulas do mestrado, a depender do horário, a rotina de estudo era modificada para ocorrer em dois períodos (tarde e noite; ou manhã e noite), e das vezes que eu não estudava no laboratório, me dirigia à biblioteca do centro de ciências sociais. Aos sábados e domingos, ia para universidade no período da manhã. Ao final de 2023 eu havia escrito nove artigos e três deles haviam sido aceitos e publicados no mesmo ano.

À primeira vista pode parecer que essas rotinas foram nocivas para mim. Talvez tenha sido em alguns momentos, no entanto, eu gostava de ir para a universidade. Eu gostava de estar na

universidade, e estar entre universitários/as. E eu, finalmente, descobri o gosto de escrever, a paixão pela escrita. Além disso, ir todos os dias para a universidade possibilitou me alimentar adequadamente, visto que na época eu recebia 1.190 reais do meu pai, dos quais 610 reais era para pagar o aluguel do quarto onde eu morava, de modo que me sobrava 580 reais para custear o transporte (R\$ 2,50 a meia passagem para estudantes) e comprar mantimentos básicos e suficientes para proporcionar uma dieta. Dieta esta, quando em casa, resumida em comer arroz, cuscuz, pão, ovos e salsicha, e pedir marmita de almoço aos domingos que custava 15,00 reais. Com sorte, o acesso ao Restaurante Universitário foi imprescindível para me alimentar satisfatoriamente pelo menos de segunda à sexta-feira. Aproveitava muito bem o horário do almoço e da janta para comer uma quantidade significativa (às vezes tão significativa a ponto de causar sensações de estofamento). Seriam tais experiências comuns a toda pessoa negra que vivencia e tenta permanecer e pertencer na Universidade?

Ao registrar tais palavras, me recordo do que aprendi com a escritora-psicanalista brasileira Neusa Santos Souza que, em sua obra *Tornar-se negro* (1983), se dedicou a analisar e a descrever para nós leitores e leitoras, os processos/estágios psíquicos e emocionais que definem as atitudes e comportamentos da pessoa negra no que tange a ascensão social e o sucesso profissional.

Amparada nos pressupostos da psicanálise, especificamente, na discussão sobre Ideal do Ego e Ego Ideal, Neusa Souza nos comunica o seguinte: na travessia para ascensão socioeconômica, a pessoa negra vive em constante estado de insatisfação e autocrítica severa (perfeccionismo) na tentativa de realizar a fantasia colonial

do “O/A negro/a que deu certo” (Souza, 1983). Dar certo, nesses termos, significa:

Ser o melhor! Na realidade, a fantasia, para se afirmar, para minimizar, para compensar o “defeito”, para ser aceito. Ser o melhor é a consigna a ser introjetada, assimilada e reproduzida. Ser o melhor, dado unânime em todas as histórias-de-vida. Para o negro, entretanto, ser o melhor, a despeito de tudo, não lhe garante o êxito, a consecução do Ideal. É que o Ideal do Ego do negro, que é em grande parte constituído pelos ideais dominantes, é branco. E ser branco, lhe é impossível. Dilacerante, crua, cruenta descoberta... (Souza, 1983, p. 40).

No processo seletivo de ingresso, consegui ser o melhor. Já no processo seletivo de bolsas, ser o melhor não foi possível. Eu havia sido aprovado no processo seletivo, mas não fiz parte do seleto grupo de bolsistas. Uma conquista e uma derrota ao mesmo tempo. Daí o sentimento de fracasso, a inveja, a raiva, sentimentos que foram por mim, conscientemente transformados em energias de movimento, sementes criativas para fazer da escrita um território no qual eu pudesse permanecer e pertencer. Uma escrita estratégica e tática. Garantido isso, percebi que ficou mais fácil fazer política e denúncias com as minhas próprias mãos. Calma, explicarei o porquê do uso de tal expressão.

Quando somos e estamos negros(as) na Universidade, fazer política e justiça com as próprias mãos é tomar e tornar a escrita como meio/alternativa de contra-ataque e autodefesa. É encarnar-se no conhecimento e encarnar-se nas epistemologias, para identificar e eliminar qualquer armadilha teórico-conceitual e metodológica que tenta nos aprisionar e nos adjetivar como “população estudada”, “grupo investigado”, “entrevistado(a)”. O/A outro/a da pesquisa. Não

quero ser o outro que só aparece na seção de resultados, dos anexos e/ou apêndices da pesquisa feita pelo sujeito hegemônico que tem a cor e pele de intelectual. Eu quero ser o autor e intérprete da minha própria narrativa.

Com a minha escrita tornada estratégica e tática aprendi em qual momento utilizar as palavras necessárias para expressar aquilo e/ou identificar aqueles/as que quero denunciar. Também aprendi em qual momento é necessário cautela, fazer uso de metáforas e até mesmo eufemismos para atribuir um tom crítico-passivo ou uma crítica tranquilizadora. Faço isso não por medo, mas sim como autocuidado. Com a minha escrita tornada estratégica e tática aprendi a liberdade criativa para nomear toda e qualquer violência e para rasurar todo e qualquer conteúdo equívocado e fetichizante.

Tudo isso foi e me é possível graças aos aprendizados com a escritora brasileira Conceição Evaristo (2020) e a sua proposta da escrevivência como postura independente e autodefinida para um criar antirracista e antimachista. Reconheço, pois, que a radicalidade da escrevivência para além de sua concepção como gesto criativo na literatura, é para nutrir e fomentar práticas e movimentos de rasura e destruição de toda e qualquer narrativa e/ou discurso fetichizante e estigmatizante que edifica personagens e representações de pessoas negras e suas experiências sob o desejo racista e machista do/a branco/a.

[...] Sou tentada a dizer que os personagens negros, por via de regra, são moldados sob um olhar que os define dentro de uma ou outra característica, tal como estas: preguiçosos, adultos infantis, desorganizados em seus ambientes sociais e culturais, extremamente sexualizados com seus corpos infecundos, sujeitos incapazes de pensar ou viver sentimentos como o amor, o afeto. As culturas africanas e afro-brasileiras são exotizadas ou

folclorizadas. Dificilmente se encontra a construção de uma personagem negra que represente a potência do ser humano com toda a sua dignidade [...] (Evaristo, 2020, p. 28-29).

Corpos e vozes negras tornadas propriedades do senhor branco todo poderoso e transcendental. Corpos-máquinas e vozes silenciadas. Corpos objetificados e tornados meios de produção para acúmulo de riqueza e manutenção da hierarquia social. Restou, pois, reivindicar a escrita. Resistir no letramento antirracista e insubmissos. Fazer da escrita uma tática de guerra, uma sirene de alerta, um farol que ilumina o percurso da libertação dos corpos das negras e dos negros, antes condenadas(os) e capturada(os) pelo significante máximo do epistemicídio: o outro. Daí, a escrevivência tornada um modo de fazer que borra o cânone literário, mas que não se limita a tal, por se tratar de um modo sentir e pensar, um *sentipensar*.

Algumas considerações

Às vezes é necessário assumir uma postura combativa e denunciativa. Às vezes é necessário aprender a recuar. Geografar com questões de gênero, raça e sexualidade implica, frequentemente, tais circunstâncias. Se auto geografar potencializa ainda mais isso. Por vários motivos.

Diariamente, me percebo envolvido com uma demanda coletiva para ser pessoal, bem como desassossego-me com uma demanda pessoal para não ser tão autocentrado. Me parece que tornar-se negro na Universidade é viver diariamente nessa ambiguidade existencial.

Encontrei na escrita aquilo que não me foi possibilitado no meu primeiro ano de mestrado: pertencimento. Encontrei na escrita aquilo que perdi quando não fui contemplado com a bolsa de mestrado: reconhecimento. Perceba que estou enfatizando o período do mestrado, haja vista que a minha experiência foi particular em tempo-espacó. Sempre encarei tais circunstâncias como não definitivas, muito menos como um destino.

Além disso, atualmente, estou prestes a iniciar o doutorado em Geografia numa outra universidade pública, e a decisão de seguir na carreira acadêmica e, consequentemente, ingressar no doutorado, não foi motivada pelas circunstâncias de vulnerabilidade no mestrado, mas sim, pela vontade de seguir estudando, escrevendo...geografando. Isso revela que, no íntimo, eu acredito que há sim outras possibilidades e caminhos para permanecer na Universidade, apesar de todas as circunstâncias de vulnerabilidade registradas no presente manuscrito. Enfim, se há desejo, há potência de vida. Se há emoção, há potência de vida (Campos; Silva; Silva, 2019). Isso eu aprendi como aluno especial numa disciplina ministrada pela professora Joseli Silva acerca dos Feminismos Negros.

Defendo o corpo-território como uma fonte epistemológica para criticar as assimetrias raciais perpetuadas no território universitário, especificamente, na Pós-Graduação; como uma tática de autocuidado quando tais assimetrias tornam nossas experiências pesadas; como um direcionamento político para criar um currículo de resistência na Pós-Graduação, em especial, na Geografia; e como uma maneira criativa e independente de fazer justiça com as próprias mãos e com o nosso próprio pensamento. Em cada um desses estágios, há sempre tempo e espaço para ser. Para tornar-se. Para

permanecer. Isso desejado, há que se fazer duas escolhas: Como? E com quem?

Agradecimento

À Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES pelo financiamento do projeto, ao qual se encontra vinculada esta pesquisa.

Referências

- BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- BRANDÃO, Jéssica Justino; CAMPOS, Margarida de Cássia; LIMA, Ângela Maria de Sousa. Políticas de Ações Afirmativas desafiando relações desiguais de poder: acesso/permanência na Universidade Estadual de Londrina. **Geographia Opportuno Tempore**, Londrina, v. 4, n. 2, p. 24-44, 2018. Acesso em: 10 jan. 2025. DOI: <https://doi.org/10.5433/got.2018.v4.35547>
- CABNAL, Lorena. Tzk'at, Red de Sanadoras Ancestrales del Feminismo Comunitario desde Iximulew Guatemala. **Ecología Política**, Caderno Temático “Ecofeminismos y ecologías políticas feministas”, Barcelona, p. 100-104, 2017.
- CAMPOS, Mayã Pólo de; SILVA, Joseli Maria; SILVA, Edson Armando. Emoção corporificada e potência para constituição de espaços de luta para superar a violência sexual sofrida por mulheres. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, n. 41, v. 3, p. 37-50, 2019.
- CAXIAS, Denise David. A territorialidade do corpo afro-indígena brasileiro: algumas considerações. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 42, n. 1, p. 1-23, 2022. DOI: <https://doi.org/10.5216/bgg.v42.72066>
- CHAVES, Kena Azevedo. Corpo-território, reprodução social e cosmopolítica: reflexões a partir das lutas das mulheres indígenas no

Brasil. **Scripta Nova: Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, Barcelona, v. 25, p. 51-71, 2021.

CIRQUEIRA, Diogo Marçal; CORRÊA, Gabriel Siqueira; SOUZA, Lorena Francisco de. 20 anos da Lei 10.639/03 e o ensino de Geografia. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, v. 1, n. 111, p. 1-13, 2024.

COUTO, Solange Maria Santana; RISSO, Luciene Cristina. Por uma educação antirracista: plano de ação para inserção da Lei n. 10.639/03 no cotidiano escolar. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, v. 1, n. 111, p. 243-263, 2024. DOI: <https://doi.org/10.61636/bpg.v1i111.3074>

CUNHA, Andréia Ribeiro. Corpos indóceis: reflexões acerca da corporeidade negra na cidade do Rio de Janeiro. **Revista Continentes**, Seropédica, n. 21, p. 230-250, 2022. DOI: <https://doi.org/10.51308/continentes.v1i21.353>

DINIZ, Debora. **Carta de uma orientadora**: sobre pesquisa e escrita acadêmicas. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2024.

DIONISIO, Tiago; SOUSA, Victor Pereira de. Dispositivo de racialidade e a Lei 10.639/2003: implicações no ensino de Geografia e na Educação de Jovens e Adultos. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, v. 1, n. 111, p. 146-166, 2024. DOI: <https://doi.org/10.61636/bpg.v1i111.3083>

EVARISTO, Conceição. A escrevivência e seus subtextos. In: DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado. **Escrevivência**: a escrita de nós - reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, p. 27-45, 2020.

FILGUEIRA, André Luiz de Souza. Ronkó de ensinâncias e outras viadagens: a trajetória pedagógica afro-diaspórica bixa. **Revista Temporis [açao]**, v. 2, n. 2, p. 1-30, 2022. DOI: <https://doi.org/10.31668/rta.v2i02.13074>

GUALDA, Suyai Malen García. Mujeres Mapuce, extractivismo y Kvme Felen (Buen Vivir): la lucha por los bienes comunes en Neuquén. **MILLCAYAC - Revista Digital de Ciencias Sociales**, Mendoza, v. 3, n. 4, p. 15-39, 2016.

HAESBAERT, Rogério. Do corpo-território ao território-corpo (da terra): contribuições decoloniais. **GEOgraphia**, Niterói, v. 22, n. 48, p. 75-90, 2020. DOI: <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2020.v22i48.a43100>

hooks, bell. **E eu não sou uma mulher?** Mulheres negras e feminismo. Tradução de Bhumi Libanio. 12 ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2023 [1981].

KILOMBA, Grada. **Memórias de plantação:** episódios de racismo cotidiano. Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, 2014.

MALHEIROS, Mariana. A contribuição de feminismos contra-hegemônicos na Bolívia: contribuições dos movimentos Mujeres Creando e Feminismo Comunitário. **inSURgência: Revista de direitos e movimentos sociais**, Brasília, v. 9, n. 1, p. 407-428, 2023. DOI: <https://doi.org/10.26512/revistainsurgencia.v9i1.45422>

MARINIS, Natalia de. Feminicídios de mulheres indígenas em uma perspectiva interseccional: análise de um trabalho de documentação colaborativo com mulheres nahuas organizado em Zongolica, Veracruz. **Abya-yala: Revista sobre Acesso à Justiça e Direitos nas Américas**, Brasília, v. 4, n. 1, p. 62 a 94, 2020. DOI: <https://doi.org/10.26512/abyayala.v4i1.32085>

MENDES, Raquel Almeida; LIMA, Fátima Maria de. O sistema de cotas raciais nas universidades públicas brasileiras. **Revista Tocantinense de Geografia**, Araguaína, v. 5, n. 8, p. 186-197, 2016. DOI: <https://doi.org/10.20873/rtg.v5n8p186-197>

MIRANDA, Eduardo Oliveira. Corpo-território, desenho e paisagem afro-brasileira: pode um corpo negro desenhar paisagens? **InterEspaço: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade**, Grajaú, v. 4, n. 13, p. 62-75, 2018. DOI: <https://doi.org/10.18764/2446-6549.v4n13p62-75>

MIRANDA, Eduardo Oliveira. Rachar e despencar o corpo-território. **Revista Interinstitucional Artes de Educar**, São Gonçalo, v. 7, n. 1, p. 467-487, 2021.

MONDARDO, Marcos Leandro. “Vidas e terras indígenas importam”: geografias das r-existências dos povos e comunidades tradicionais em tempos de pandemia. **Geografares**, Vitória, v. 1, n. 32, p. 285–308, 2021. DOI: <https://doi.org/10.47456/geo.v1i32.35555>

MONDARDO, Marco Leandro. Corpos de mulheres indígenas frente às violências na América Latina: o território como r-existência e como corpo-território. **Espaço E Tempo Midiáticos**, Palmas, v. 5, n. 2, p. 87-106, 2022. DOI: <https://doi.org/10.20873/stmmta2022-5.2-5>

MOTA, Juliana Grasiéli Bueno. Territórios de resistência e práticas descoloniais: estratégias de luta Guarani e Kaiowá pelo Tekoha - Mato Grosso do Sul/Brasil. **Revista Campo-Território**, Uberlândia, v. 10, n. 20, p. 416-439, 2015. DOI: <https://doi.org/10.14393/RCT102026662>

MOTA, Juliana Grasiéli Bueno. Os Guarani e Kaiowá e suas lutas pelo Tekoha: os acampamentos de retomadas e a conquista do Teko Porã (Bem viver). **Revista Nera**, Presidente Prudente, v. 20, n. 39, p. 60–85, 2017. DOI: <https://doi.org/10.47946/rnera.v0i39.4959>

OLIVA, Victoria Ferreira. Do corpo-espacço ao corpo-território: o que a Geografia Feminista tem a dizer? **Ensaios de Geografia**, Niterói, v. 8, n. 17, p. 165-187, 2022. DOI: <https://doi.org/10.22409/eg.v8i17.52313>

OLIVEIRA, Anita Loureiro de. Geografias corporificadas e feminismos: o desafio teórico-prático de fazer Geografia com o corpo todo. In: **VIII Congresso Brasileiro de Geógrafas e Geógrafos**, São Paulo, 2024.

ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso**. Campinas: Editora Pontes, 2005.

PAREDES CARVAJAL, Julieta; GUZMÁN ARROYO, Adriana. **El Tejido de la Rebeldía: ¿Qué es el feminismo comunitario?** Comunidad Mujeres Creando Comunidad, La Paz, 2014.

PAREDES CARVAJAL, Julieta. Despatriarcalización: Una respuesta categórica del feminismo comunitario (descolonizando la vida). **Revista de Estudios Bolivianos**, La Paz, v. 21, p. 100-115, 2015.

PAREDES CARVAJAL, Julieta. Descolonizar as lutas: a proposta do Feminismo Comunitário. Tradução de Tereza Spyer. **Epistemologias do Sul**, Foz do Iguaçu, v. 3, n. 1, p. 74-87, 2019.

PEQUENO, Victor Dantas Siqueira. **Rasuras de uma Bixa-Preta e o elo entre as Geografias Feministas e Geografias Negras**: corpo-território. 261p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Naturais e Exatas, Santa Maria, 2025. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/35236>. Acesso em : 27 mai. 2025.

PETRONILIO, Paulo. “Se liga macho”: A encruzilhada po(Ética) de uma bixa preta. **Ephemera Journal**, Ouro Preto, v. 3, n. 6, p. 94-114, 2020.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A ecologia política na América Latina: reapropriação social da natureza e reinvenção dos territórios. **INTERthesis**, Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 16-50, 2012. DOI: <https://doi.org/10.5007/1807-1384.2012v9n1p16>

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Pela Vida, pela Dignidade e pelo Território: um novo léxico teórico político desde as lutas sociais na América Latina/Abya Yala/Quilombola. **Polis**, Santiago, v. 14, n. 41, p. 237-251, 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.4067/S0718-65682015000200017>

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: Eurocentrismo e ciências sociais, Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 117-142.

RATTS, Alecsandro José Prudêncio. A questão étnica e/ou racial no espaço: a diferença no território e a Geografia. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, v. 1, n. 104, p. 1-22, 2020.

RATTS, Alecsandro José Prudêncio. “Geografia e cultura afro-brasileira” no horizonte da educação das relações étnico-raciais. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, v. 1, n. 111, p. 32-57, 2024.

REIS, Graziela Tavares de Souza; ALMEIDA, Ana Carolina Moura Fernandes de. A violência de gênero como estratégia de poder: as esterilizações forçadas contra mulheres indígenas no Peru. **Extrapressa: Cultura e Comunicação na América Latina**, São Paulo, v. 15, n. Especial, p. 566-582, 2022.

RIBEIRO, José L. Pais. Revisão de investigação e evidência científica. **Psicologia, Saúde & Doenças**, v. 15, n. 3, p. 674-682, 2014.

ROCHA, Ana Angelita. Corpo-Território como argumento curricular de resistência. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v. 59, p. 56-71, 2019. 2023. DOI: <https://doi.org/10.12957/teias.2019.46858>

ROCHA, Giovana Silva; CAMPOS, Margarida de Cássia. Mercado de trabalho e racismo: visão de egressos do sistema de cotas raciais da Universidade Estadual de Londrina. **Geopauta**, Vitória da Conquista, v. 5, n. 3, p. 1-17, 2017. DOI: <https://doi.org/10.22481/rg.v5i3.e2021.e8071>

ROCHA, Laís Bronzi. Apontamos para geografias interseccionais: Anarco(trans)feminismo, corpo e corporeidade numa perspectiva decolonial. **Ensaio de Geografia**, Niterói, v. 8, n. 17, p. 94-115, 2022. DOI: <https://doi.org/10.22409/eg.v8i17.52306>

RODRIGUES, Ana Paula Costa; RATTS, Alecsandro José Prudêncio. Corporeidade negro e espaço público em Goiás: a congada de Catalão (GO). **Espaço em Revista**, Catalão, v. 10, n. 1, p. 172-187, 2008. DOI: <https://doi.org/10.5216/er.v10i1.13553>

RODRÍGUEZ, Arely Mabell Barbeyto; SÁNCHEZ, Nora; FLORES, Selma; CEDEÑO, Katy. As vozes das mulheres Miskitu no conflito no território de Wangki Twi Tasba Raya na região autônoma do caribe norte da Nicarágua. **Abya-yala: Revista sobre Acesso à Justiça e Direitos nas Américas**, Brasília, v. 4, n. 1, p. 194 a 227, 2020. DOI: <https://doi.org/10.26512/abyayala.v4i1.32334>

SACAVINO, Susana. Tecidos feministas de Abya Yala: feminismo comunitário, perspectiva decolonial e educação intercultural. **Unipluri/diversidad**, Medellín, v. 16, n. 2, p. 97-109, 2016.

SANTOS, Renato Emerson; SANTOS, Ronald Coutinho. Desafios para a implementação de uma educação antirracista no ensino de Geografia: os conflitos na prática cotidiana de professoras(es). **Revista Da Associação Brasileira De Pesquisadores/as Negros/As (ABPN)**, Curitiba, v. 12, n. Especial - Caderno Temático: “Geografias Negras”, p. 78-108, 2020.

SILVA, Cintia Cristina Lisboa da; SANTOS, Bruna dos. Reflexões teóricas da Geografia Feminista Decolonial sobre as espacialidades

coloniais reprodutoras do controle social do corpo feminino durante o parto. **Terra Livre**, São Paulo, v. 1, n. 57, p. 190-225, 2021. DOI: https://doi.org/10.62516/terra_livre.2021.2290

SILVA, Iago Gomes da; MIRANDA, Eduardo Oliveira. A decolonialidade e corpo-território como base epistêmica para compreensão do racismo ambiental no Brasil. **Geografia Ensino & Pesquisa**, Santa Maria, v. 26, Edição Especial - Dossiê: Educação Ambiental e Educação do Campo, p. 1-17, 2022. DOI: <https://doi.org/10.5902/2236499472396>

SOUZA, Lorena Francisco de. Estudantes africanos em universidades goianas: acordos de cooperação, migração e racismo. **Terra Livre**, São Paulo, v. 1, n. 48, p. 13-45, 2018. DOI: https://doi.org/10.62516/terra_livre.2017.1079

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro**: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

ULLOA, Astrid. Controlando la naturaleza: ambientalismo transnacional y negociaciones locales en torno al cambio climático en territorios indígenas en Colombia. **Iberoamericana**, Berlim, v. 13, n. 49, p. 117-133, 2013. DOI: <https://doi.org/10.18441/ibam.13.2013.49.117-133>

ULLOA, Astrid. Feminismos territoriales en América Latina: defensas de la vida frente a los extractivismos. **NÓMADAS**, Bogotá, n. 45, p. 123-139, 2016.

VEGA, Nelson Rodríguez; CALDERÓN-LÓPEZ, Alma. Do hip-hop ao feminismo comunitário: a experiência do torneio Suyai Free freestyle no Chile. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 27, 2024. DOI: <https://doi.org/10.5216/sec.v27.78309>

VERGÈS, Françoise. **Um feminismo decolonial**. Tradução de Jamille Pinheiro Dias e Raquel Camargo. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

ZARAGOCIN, Sofia. Espacios acuáticos desde una descolonialidad hemisférica feminista. **Mulier Sapiens: Discurso, Poder y Género**, año V, n. 10, p. 6-19, 2018.

Recebido para publicação em 25/05/2025
Aceito para publicação em 17/07/2025